política

STF ouvirá testemunhas de 8 de janeiro

Começam hoje os primeiros depoimentos de pessoas indicadas pela Procuradoria-Geral da República

/ STF

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia hoje a fase de depoimentos das testemunhas do processo sobre o 8 de janeiro, que tem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros réus.

As primeiras pessoas a serem ouvidas serão as indicadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), com destaque para o ex-comandante do Exército general Marco Antônio Freire Gomes.

O militar foi o primeiro a confirmar à Polícia Federal que Bolsonaro o convocou para uma reunião no Palácio da Alvorada, em dezembro de 2022. Ele disse aos investigadores que o então presidente apresentou aos chefes militares o documento que ficou conhecido como minuta golpista, que previa intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após as eleições.

"Que confirma que o conteúdo da minuta de decreto apresentada foi exposto ao declarante nas referidas reuniões. Que ressalta que deixou evidenciado a Bolsonaro e ao ministro da Defesa [general Paulo Sérgio Nogueira] que o Exército não aceitaria qualquer ato de ruptura institucional", disse Freire Gomes, segundo o termo de depoimento.

O ex-chefe do Exército afirmou à Polícia Federal que o documento apresentado por Bolsonaro tinha conteúdo idêntico à minuta de decreto encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres – também réu.

O general conta ainda que o chefe da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, teria concordado com a proposta de ruptura democrática apresentada pelo ex-presidente.

"Que ele e Baptista (Júnior, ex-chefe da Aeronáutica) afirmaram de forma contundente suas posições contrárias ao conteúdo exposto. Que não teria suporte jurídico para tomar qualquer atitude. Que acredita, pelo que se recorda, que o almirante Garnier teria se colocado à disposição do presidente da República", disse o militar, segundo a PF.

O depoimento de Freire Gomes foi uma das bases da denúncia da PGR contra o núcleo central da trama – o órgão fatiou a denúncia segundo o que seriam os grupos de atuação.

Freire Gomes e o ex-chefe da Aeronáutica foram as únicas testemunhas do círculo militar que admitiram ter conhecimento das conspirações no Palácio da Alvorada no fim de 2022.

As declarações do ex-comandante do Exército se tornaram conhecidas em março de 2024, quando ele já estava na reserva. Ele decidiu submergir diante de sua exposição pública.

O jornal Folha de São Paulo conversou com sete oficiais-generais que conviveram com Freire Gomes no fim de 2022. O sumiço do ex-comandante é motivo de preocupação para alguns. No fim do último ano, um grupo de oficiais até planejou fazer uma confraternização para reencontrar colegas.

O encontro tinha como único objetivo integrar Freire Gomes após um longo período distante do QG do Exército. Ficou acertado que pediriam pizza. O general comunicou que não iria, e o evento acabou cancelado.

Outro oficial-general próximo de Freire Gomes disse que o encontrou somente uma vez após o fim do governo Bolsonaro. Conversaram amenidades por duas horas enquanto bebiam uísque. Não tocaram no assunto das investigações da Polícia Federal.

São diversos os motivos pelos quais o depoimento de Freire Gomes é um dos mais esperados pelas pessoas envolvidas no processo.

A acusação espera que o general reforce o testemunho sobre as pressões por um golpe de Estado que recebeu no fim de 2022. As defesas pretendem aproveitar possíveis deslizes do militar para questionar seu depoimento. Os generais querem o fim do processo para o colega voltar aos círculos militares.

Os depoimentos devem ter início às 15h de hoje. A imprensa poderá acompanhar a audiência

ALAN SANTOS/PR/DIVULGAÇÃO/JC

Ex-comandante do Exército, general Freire Gomes será ouvido pela Corte

por videoconferência dentro do plenário da Primeira Turma do STF – com a proibição de gravar áudios e vídeos do depoimento, sob pena de responsabilização criminal.

O primeiro dia de audiências terá os depoimentos de Freire Gomes, Clebson Ferreira de Paula Vieira (ex-integrante do Ministério da Justiça), Adiel Pereira Alcântara (ex-diretor da PRF) e Éder Lindsay Magalhães Balbino (dono de empresa contratada pelo PL para fiscalizar o processo eleitoral).

O ex-comandante da Aeronáutica brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior teve o depoimento adiado para quarta-feira (21). Ele está em viagem, fora do País.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, havia indicado o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), como a última de suas testemunhas. O procurador desistiu da inquirição do emedebista na sexta.

As testemunhas das defesas só serão ouvidas após as pessoas indicadas pela acusação. O Supremo vai dedicar duas semanas para os depoimentos.

As audiências com as testemunhas arroladas pelas defesas correm o risco de ficarem esvaziadas, pois o ministro Alexandre de Moraes decidiu não intimar as pessoas indicadas pelos réus – assim, a presença deixa de ser obrigatória.

Para contornar a dificuldade, as defesas dos réus têm recorrido a estratégias diversas para garantir a presença das testemunhas.

Motta pedirá urgência em 'pacote antifraude' do INSS

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que pautará nesta semana a votação da urgência de projetos de lei que visam impedir fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Operação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou que R$ 6,3 bilhões foram desviados desde 2019, por meio de descontos indevidos em aposentadorias e pensões.

Projetos em regime de urgência podem ser votados diretamente em plenário, sem passar pela análise das comissões temáticas da Casa. O texto pode entrar na pauta na sessão seguinte ou até no mesmo dia que a urgência for aprovada.

"Comuniquei aos líderes da Câmara dos Deputados que, na próxima semana, pautarei a urgência de projetos de lei destinados a impedir fraudes no INSS. Seguindo e sempre respeitando o regimento da Casa, vamos analisar, reunir e votar tudo o que pode compor um Pacote Antifraude. Esse tema, que é urgência para milhões de brasileiros, é urgência para a Câmara dos Deputados", disse Motta na sexta-feira (16), nas redes sociais.

Motta não especificou quais projetos entrarão no que chamou de "pacote antifraude". Depois que o escândalo veio à tona no fim do mês passado, parlamentares apresentaram projetos para proibir descontos automáticos de associações e sindicatos nos benefícios. Projeto do deputado Danilo Forte (União-CE) propõe que os pagamentos sejam feitos apenas por boleto bancário, conforme mostrou a Coluna do Estadão.

O esquema no INSS tem assombrado o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e causou a queda de Carlos Lupi (PDT) do comando do Ministério da Previdência Social. A oposição conseguiu assinaturas suficientes para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara, mas mudou de estratégia após Motta indicar que não pretende instalar a comissão.

A oposição passou a pressionar pela instituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). A diferença é que a CPMI conta também com senadores e é instituída a partir da leitura do requerimento pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), durante uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

Quase 1,5 milhão já pediram reembolso de descontos

/ PREVIDÊNCIA

Quase 1,5 milhão de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pediram reembolso de mensalidades descontadas da folha de pagamento de seus benefícios que foram cobradas sem autorização. O dado é do sábado, quando o órgão divulgou balanço dos quatro primeiros dias de consulta dos descontos de entidades associativas na folha dos segurados. Os números foram fechados às 17h.

De acordo com o balanço, nesses quatro dias, foram exatamente 1.467.933 beneficiários que não deram aval aos descontos e solicitaram o dinheiro de volta. O governo prometeu ressarcir todas as pessoas lesadas pelas fraudes nos descontos.

Os pedidos foram feitos após a Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que investigam um esquema de fraudes em mensalidades cobradas por sindicatos e associações e descontadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários do INSS sem autorização.

A PF suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção e enriquecimento ilícito envolvendo funcionários do governo. O então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e outros dirigentes do órgão foram afastados.